

Uma utopia colonial: as *regras e ordenanças* de Vasco de Quiroga

Geraldo Witeze Junior,

da Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Jussara

woitze@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta o modelo alternativo de colonização da América proposto por Vasco de Quiroga no século XVI. Para isso se analisa brevemente uma pequena obra escrita por ele, as *Regras e Ordenanças para o Governo dos Hospitais de Santa Fé do México e Michoacán*. Essa obra está vinculada diretamente à *Utopia* de Thomas Morus, e se insere no debate sobre o formato da colonização, propondo uma organização que visava o bem comum antes de atender aos interesses individuais. A partir dessa obra é possível retornar ao presente e pensar em formas alternativas de conceber e organizar o espaço que não sejam marcadas pelo individualismo e pela ideia de que não há outras possibilidades.

Palavras-chave: Vasco de Quiroga; Utopia; Colonização.

INTRODUÇÃO

Em 1516 Thomas Morus publicava sua utopia, que tanta fortuna teve ao longo da modernidade. Em seu rastro temos os grandes nomes de Tommaso Campanella, Francis Bacon e, mais tarde, Saint-Simon, Fourier e Owen. Podemos inclusive dizer que Marx e Engels partem da tradição utópica para tentar superá-la. Não há dúvidas que as utopias são muito relevantes para a modernidade, mas podemos dizer o mesmo da pós-modernidade?

Cabe refletir, portanto, sobre a relevância do pensamento utópico atualmente, quando há uma imensa preocupação com a felicidade, como deixam claro as muitas peças de publicidade veiculadas cotidianamente. Não se vendem produtos, mas felicidade. Ora, o título completo da obra de Morus, pouco conhecido, ajuda a entender a questão: *Sobre a melhor constituição de uma república e a nova ilha de Utopia*. George M. Logan e Robert M. Adams (1999, p. XIII¹) esclarecem que o neologismo cunhado por More através da fusão de duas palavras gregas (*ou* = não e *topos* = lugar) também

1. Introdução à edição da *Utopia* organizada por eles.

é “um trocadilho com outro vocábulo composto grego, *eutopia* – lugar ‘feliz’ ou ‘afortunado’”.

Aqui já temos uma vinculação essencial com a época atual, mas podemos ir um pouco além. O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001, p. 108) afirma o seguinte:

“Comunidade” é, hoje, a última relíquia das utopias da boa sociedade de outrora; é o que sobra dos sonhos de uma vida melhor, compartilhada com vizinhos melhores, todos seguindo melhores regras de convívio. Pois a utopia da harmonia reduziu-se, realisticamente, ao tamanho da vizinhança mais próxima.

Bauman está falando dos condomínios fechados, mostrando que pouco restou do pensamento utópico renascentista. No entanto, a nostalgia de um mundo melhor, a ideia de que seria possível haver uma harmonia maior, os sonhos diurnos de igualdade, para recordar Ernst Bloch, continua presente, mostrando que a utopia não morreu. Mesmo que escondida e mal compreendida segue ecoando, sobretudo em momentos de crise. E é a crise que enfrentamos hoje um outro elemento que nos liga ao início da modernidade.

Podemos pensar no sentido que a palavra *utopia* adquiriu ao longo do tempo: “projeto de natureza irrealizável; idéia generosa, porém impraticável; quimera, fantasia” (HOUAISS, 2001, p. 2817). Isso é muito diferente das obras de More e Campanella, bem como dos projetos utópicos de Saint-Simon, Fourier e Owen, desenvolvidos no século XIX². Ao invés de serem sinônimo de impossibilidade, as utopias podem contribuir para realizarmos uma crítica do presente.

É importante compreender que a *Utopia* de More, antes de ser um projeto, era uma crítica bastante dura à Inglaterra do início do século XVI. Esse lugar afortunado nada mais era do que a Inglaterra consertada, ao menos na visão de More, o Xerife de Londres na época em que escreveu! É certo também que há uma dimensão de projeto no “livrinho de ouro”³ de More, ainda que ele mostre certo pessimismo em relação à transformação social, como vemos no seu comentário ao fim da obra: “devo confessar que são muitas as

2. Para uma discussão mais aprofundada sobre a mudança de sentido da palavra *utopia* ver o artigo intitulado *O velho barbudo e suas palavras esquecidas*: Marx, marxismo e utopia, publicado na *Revista Morus*.

3. O subtítulo da *Utopia* é o seguinte: *Um Livrinho de Ouro, Divertido e não menos Edificante, De autoria do Ilustríssimo e Sumamente Eloquentemente THOMAS MORE – Cidadão e Xerife da Famosa Cidade de Londres*.

características da República Utopiana que eu desejaria, *posto que não espere, ver implantadas em nossas sociedades*" (MORE, 1999, p. 185, grifo meu).

Se há dúvidas sobre a *Utopia* ser tida como um projeto, o mesmo não se pode dizer das realizações do espanhol Vasco de Quiroga no México. A partir de 1531 Quiroga fundou povoados e estabeleceu neles regras baseadas na *Utopia*, e esses projetos duraram três séculos. Quiroga, como Las Casas, lutou por um projeto alternativo de colonização da América, o que também deixa claro que, apesar do massacre indígena, a história não é monolítica. Sempre há diversos pontos de vista, e é essencial trazê-los à tona, especialmente quando ainda ressoam entre nós os mantras do pensamento único e do fim da história.

A América foi durante muito tempo pensada como o lugar das utopias. Temos, já no início da colonização, as missões jesuítas, as propostas de Bartolomé de Las Casas e os projetos de Vasco de Quiroga. Todos eles criticavam a forma como estava sendo realizada a colonização, especialmente a violência contra os índios. Aqui discutiremos brevemente os projetos de Quiroga, considerando sobretudo a forma como concebia o espaço e as regras que propunha para melhor organizar a sociedade.

APRESENTANDO VASCO DE QUIROGA

Natural de Madrigal de Altas Torres, na província de Ávila, Espanha, Vasco de Quiroga veio para a América em janeiro de 1531, contando provavelmente com 61 anos⁴. Foi nomeado ouvidor da *Segunda Audiencia* no ano anterior, e chegando ao México, se deparou com os problemas resultantes da conquista. Chamavam-lhe à atenção sobretudo os órfãos, filhos dos índios mortos nas guerras e nas minas. Assim, pôs-se a pensar em como organizar os índios para que pudessem sobreviver e também manter ou aceitar a fé cristã. Ainda em 1531 pôs em prática um experimento: o *pueblo-hospital* de Santa Fé. Foi o começo de um projeto que se progressivamente se tornou a sua "Utopia na América".

Paz Serrano Gassent (2002, p. 21-22) nos diz que

cuando Quiroga es nombrado oidor de la Segunda Audiencia, tenía ya larga experiencia como jurista, conocimiento de las ideas humanistas ampliamente

4. Apesar de alguns defenderem que o ano de nascimento foi 1478, ou mesmo 1488, a data comumente aceita é 1470 (SERRANO GASSENT, 2002, p. 6).

difundidas en el ambito cortesano en que se movía e interés en la reforma clerical extendida por toda España. A través de su amigo Bernal, consejero de Indias, poseía información sobre la destrucción que la conquista estaba produciendo en las masas a la conversión por obra de la evangelización hispana. Imbuido de ideales renovadores, acudió a la llamada del único espacio donde la utopía era posible.

A vinculação dos escritos e projetos de Quiroga com Thomas Morus e com Luciano, mais especificamente com a *Utopia* e *As Saturnais*, os torna bastante interessante. O futuro bispo de Michoacán elaborou seu projeto para a organização dos índios na Nova Espanha a partir da leitura dessas obras: “Ese asiduo lector de Moro abogaría por la adopción del régimen utópico para ordenar la vida de los indios, situándose en una rara atmósfera política donde el mundo de las ideas se abrazaba y confundía con la realidad” (ZAVALA, 1995, pp. 44-45). Para Quiroga a *Utopia* era um projeto de organização da sociedade que só poderia ser posto em prática no Novo Mundo, onde estava também o novo homem – Quiroga se refere aos índios como *cera blanda*, *cera mole* – e não no Velho Mundo, cheio de vícios. A *Utopia* não era literatura escapista ou somente uma crítica à sociedade europeia.

São poucas as obras utópicas na Espanha, talvez porque não seria preciso inventar mundos novos, já que ela própria dominava o Novo Mundo que inspirou Morus e tantos outros utopistas. Os espanhóis se debruçaram acima de tudo sobre a questão essencial do projeto de colonização da América e é nessa disputa de projetos que se insere Vasco de Quiroga. A América era, para os europeus do século XVI, um lugar maravilhoso sobre o qual projetavam os mais diversos sonhos, individuais e coletivos, e de onde tiravam inspirações para criarem outros tantos. Para os humanistas o Novo Mundo era o lugar onde “El universo y la naturaleza parecen estar a disposición del hombre, el cual, con la ciencia y la técnica se cree capaz de dominarlos primero y de organizarlos después racionalmente, es decir, de explotarlos de modo apropiado” (BLANCO AGUINAGA, 1987, p. 225). Assim a Espanha enxergava o continente “descoberto” por Colombo: um lugar que poderia ser dominado e organizado racionalmente, e justamente isso abriu as portas aos projetos utópicos.

Ao mesmo tempo em que os europeus viam na América um novo mundo cheio de possibilidades, justamente porque era diferente da Europa, logo transportaram os problemas e as injustiças europeias. Desse modo se criou, como na Europa, um ambiente propício para se pensar uma literatura

utópica que criticasse a situação e construísse projetos de sociedades imaginárias, tomando como matéria prima os indígenas. Isso conferia um tom mais otimista às utopias, pois os índios não tinham os mesmos vícios dos europeus, eram vistos como puros, inocentes, como atestado em diversos relatos de viajantes. Trata-se de uma imagem construída pelos europeus, é verdade, mas essa imagem impulsiona a tentativa de efetivamente construir comunidades utópicas na América.

A utopia espanhola na América possui características bastante específicas: contém uma forte carga espiritual, de renovação da igreja e retorno ao cristianismo primitivo, no que é tributária de Erasmo, e também “un aspecto totalmente inédito y paradójal que es su empirismo, es decir, la raíz empírica de su elaboración” (CRO, 1978, p. 89). Ela está inserida nas disputas entre formas de ver a colonização, defendendo a cristianização pacífica, se manifestando contra a escravidão indígena e o sistema de *encomiendas*.

A utopia de Quiroga era uma projeção de ideias sobre a América e os índios, mas também, antes de tudo, uma crítica à sociedade espanhola, no sentido que rejeitava o modelo de colonização que estava sendo implementado. Assim, os projetos quiroguianos nascem como representação invertida da sociedade colonial, são um ideal em relação a ela e, ao mesmo tempo, retornam do mundo das ideias e se lançam em direção ao real.

Portanto, mais que um simples debate de ideias, tratava-se de uma discussão religiosa e jurídica que implicava em questões práticas, na qual entraram temas como a autoridade do papa sobre os índios e se discutiram as leis que deveriam regulamentar a vida nos novos domínios espanhóis (SERRANO GASSENT, 2002). Vasco de Quiroga teve um papel importante nesse debate, pois manejava bem os conhecimentos religiosos e jurídicos, de forma que os usa para defender seu projeto utópico, conseguindo algumas vitórias importantes, ainda que de pequeno alcance.

Silvio Zavala (1995, p. 53) escreve que Quiroga “Invitó al Consejo real a dar leyes y ordenanzas que se adaptasen a la calidad, manera y condición de la tierra y de los naturales de ella, que fueran simples e inteligibles; a este efecto, sugirió las que le inspirara la lectura de la Utopía de Moro”. O primeiro parecer de Quiroga se perdeu, mas a sua *Información en Derecho* e as *Reglas y Ordenanzas*⁵ se conservaram. Na *Información*, sua grande obra, ele expôs as

5. O título completo é *Reglas y Ordenanzas para el Gobierno de los Hospitales de Santa Fe de Mexico y Michoacán, Dispuestas por su Fundador el Rmo. Y Venerable Sr. Don Vasco de Quiroga, Primer Obispo de Michoacán*.

razões pelas quais seu projeto devia ser adotado usando seus conhecimentos jurídicos e teológicos. Já as *Ordenanzas* podem ser consideradas como a sua utopia propriamente dita, pois nelas estão toda a regulamentação dos *hospitales-pueblo* conforme pensara Quiroga, estreitamente vinculadas à *Utopia* de More (ZAVALA, 1981). Essa pequena obra de apenas vinte páginas nos interessa aqui, sobretudo para compreender a forma como Vasco de Quiroga concebia a organização do espaço e como as pessoas deveriam se relacionar com ele.

As *Regras e Ordenanças* escritas por Quiroga para os *hospitales-pueblo* foram diretamente inspiradas na *Utopia* de More: entre outras coisas, dizem que todos deveriam trabalhar seis horas por dia para o bem comum, a agricultura deveria ser ensinada a todos, não haveria propriedade da terra – apenas usufruto. Seu estudo é importante para não nos limitarmos aos argumentos jurídicos e ao pensamento teórico de Quiroga sobre a colonização da América, mas avançarmos no sentido de entender como concebia na prática o seu modelo de colonização.

Talvez seja possível afirmar que Quiroga pretendia usar *hospitales* também como uma forma de legitimação na discussão jurídica, pois quem poderia argumentar contra projetos que estivessem dando certo? Sabemos, contudo, também pelo exemplo de Las Casas, que entre a vitória de um argumento e a sua aplicação prática há um longo caminho, que muitas vezes não é percorrido em sua totalidade. Isso reforça a importância dos projetos concretos, pois saíam das discussões teóricas muitas vezes infecundas – sobretudo quando se tratava de defender os índios – e chegavam à existência cotidiana, ao local, à vida propriamente dita.

As Regras e Ordenanças: um modelo alternativo de colonização

Andrea Zhouri e Raquel Oliveira (2010, p. 443-444) explicam que o pensamento *globocêntrico* promove “uma hierarquização das coisas globais para as coisas locais, em que o local é visto como algo paroquial e menor”. Esse pensamento *globocêntrico* tem suas raízes justamente no processo de colonização e conquista da América, quando a Europa começou a se constituir como centro do mundo (DUSSEL, 1994). No caso de Quiroga podemos entender que era necessária uma abordagem local, pois mesmo que a discussão teórica sobre a colonização como um todo fosse vencida por ele, isso provavelmente não resultaria em nenhuma mudança na forma como

os colonos espanhóis tratavam os índios. E os índios, como seres humanos, eram a principal preocupação de Quiroga.

A resistência a esses processos globais deve ser “centrada nos lugares” onde os “grupos empreendem em suas lutas o esforço para deixarem a condição passiva que os transforma em objetos dos movimentos de outrem” (Zhour; Oliveira, 2010, p. 443). Já no início da colonização Quiroga parecia perceber essa relação entre o global e o local, pois discussões teóricas regras gerais não conseguem determinar as relações humanas e as formas de ocupação do espaço. Assim, se os debates sobre a humanidade dos índios ou as proibições de escravizá-los serviram para aliviar algumas consciências culpadas, mas não foram suficientes para promover uma transformação na forma como se dava a colonização da América.

Para Quiroga a agricultura cumpre um papel fundamental na organização dos povoados, tanto que já no primeiro item⁶ ele diz que

todos habéis de saber bien hacer y ser ejercitados en el oficio de la Agricultura desde la niñez, con mucha gana, y voluntad, porque ha de ser este oficio de la Agricultura y sea menester que entendieras en él y esto también cada un respecto de las dichas horas en cada un día, y no más, que sale, y común a todos para cada (QUIROGA, 2002, p. 253)

Diferente da mentalidade aristocrática espanhola, que desvalorizava o trabalho manual em detrimento do intelectual, as *Ordenanças* os equiparam, insistindo que a agricultura deveria ser ensinada às crianças “juntamente con las letras del A B C, y con la doctrina Cristiana, y moral de buenas costumbres, y prudencia que se les ha de enseñar” (QUIROGA, 2002, p. 254). Apenas isso seria suficiente para promover uma mudança na forma como as pessoas se relacionam com o espaço, permitindo um conhecimento maior do local em que se vive e também o estabelecimento de relações de afeto, fazendo com que o espaço se transformasse em lugar. O espaço deixa de ser apenas uma projeção mental e se vincula “ao tipo de actividades, à natureza das relações que lá se mantêm” (FISCHER, 1994, p. 196).

Podemos pensar também que essa regra buscava garantir algo tão fundamental como a alimentação. Cabe lembrar que o desejo descontrolado que os espanhóis sentiam pelo ouro levou a empresa colonial a uma crise na produção de alimentos, chegando à impressionante contradição de as colônias espanholas precisarem importá-los, pagando com o ouro e a prata

6. Todas as ordenanças tem subtítulos e o texto é precedido pela palavra *Item*.

que extraía das minas americanas. Essa preocupação de Quiroga com a agricultura visava manter a estabilidade dos povoados, garantindo a todos pelo menos o básico para a sobrevivência.

Na segunda ordenança Quiroga diz o seguinte: “Que se ofrezcan al trabajo com gran voluntad, pues será poco, y moderado, y no se escondan, ni lo rehusen perezosa, ni feamente, ni sin licencia legítima, como algunos malos y perezosos lo suelen hacer con grand infamia suya” (2002, p. 254). Pode parecer que essa regra procura inserir os índios no sistema produtivo capitalista, mas isso, quando muito, seria uma meia verdade e uma crítica anacrônica. Não se pode esquecer que Quiroga segue a ideia de More e limita o trabalho a seis horas diárias, menos do que prevê inclusive a nossa própria legislação trabalhista. E na época não havia limite algum do tempo de trabalho diário, sendo comuns relatos de pessoas trabalhando até a exaustão, sem contar, é claro, a escravidão.

Dessa forma fica claro que o fundamental aqui é perceber a lógica da ordenança: uma vez que o trabalho era “tan fácil y moderado”, ainda mais em comparação com a realidade fora dos *hospitales-pueblos*, não havia razão alguma para não executá-lo. Essa regra visava limitar o trabalho ao mesmo tempo em que garantia as condições mínimas de manutenção do povoado. Como afirma Quiroga: “pues en la verdad todo es, y se ordena para vosotros, y para vuestra utilidad (...) y demás de esto también se ordena así todo para el pro, y bien común de la República, del Hospital y de la conservación, e mantención de la Hospitalidad de él” (2002, p. 254).

É claro que Quiroga pode ser criticado por ter se inserido no processo colonial, e isso não seria um desatino. No entanto é preciso compreender que o processo de conquista e colonização já estava em andamento e, sendo assim, era preciso, no entender do bispo, fazer propostas e projetos que respeitassem a humanidade dos índios⁷. Deve estar claro que os projetos de Quiroga são uma crítica frontal à Espanha, demonstrando a viabilidade de outras formas de colonização que não se caracterizassem pela violência extrema e falta de diálogo. Quiroga queria converter os índios ao Cristianismo porque acreditava que isso seria bom para eles, mas não aceitava a imposição

7. É possível ver aqui semelhança com a forma de atuar dos irmãos Villas-Bôas na criação do Parque Indígena do Xingu: o processo de contato já estava em andamento e não iria parar, então era necessário contatar os índios e levá-los para áreas protegidas, considerando que certa restrição da liberdade e o abandono de lugares tradicionais era melhor que a extinção.

da religião e não queria que os índios fossem contaminados com os vícios europeus.

O bem comum aparece como característica central na organização social. Assim o trabalho de cada um resulta em proveito individual apenas como decorrência do benefício a todos. A regra a seguir explica bem a questão:

Item lo que así de las dichas seis horas del trabajo en común como dicho es se hubiere, después de así habido, y cogido, se reparta entre vosotros todos, y cada uno de vos en particular *aeque* congrua, cómoda y honestamente, según que cada uno, según su calidad, y necesidad, manera, y condición, lo haya menester para sí, y para su familia, de manera que ninguno padezca en el Hospital necesidad. (QUIROGA, 2002, p. 255)

Essa regra traz um princípio que se popularizou quando Marx escreveu sua *Crítica ao programa de Gotha*: “De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!” (1982⁸). Não é o caso de dizer que Quiroga antecipou Marx nem de fazer uma leitura marxista de Quiroga: trata-se de evidenciar aqui a permanência de ideias do humanismo cristão que podem ser rastreadas até o Novo Testamento. Enfim, o trabalho de todos e de cada um resulta na provisão de todos e de cada um. Esse era o objetivo. Além disso o excedente deveria ser empregado em obras pias, ou seja, na ajuda aos necessitados.

Quiroga (2002, p. 255) tinha consciência de que “guardando estas Ordenanzas, y concierto, nunca os podrá faltar lo necesario, y honesto en abundancia en este Hospital y Colegio con toda quietud, y sosiego, y sin mucho trabajo”. Ao invés de uma organização individualista, que geraria desigualdade e necessidades, propunha um coletivismo que, muitas vezes, soa estranho à mentalidade pós moderna. E se opunha à ideia de que para ter as necessidades atendidas era preciso muito trabalho. Se todos trabalhassem juntos para o bem comum haveria abundância e sossego.

Isso vai se refletir, é claro, na organização espacial dos povoados, baseada nas necessidades coletivas, não nos desejos individuais. Haveria hortas perto das casas, em lugares de terra boa:

Item que de los tales huertos arriba dichos con alguna pieza de tierra en lo mejor, y más cercano, y casas, y familias, que así habeis de tener, y tengáis en particular para recreación y ayuda de costa de más de lo común como

8. O texto está disponível na internet e não possui numeração de páginas.

dicho es; solamente habéis de tener el usufructo de ello tanto quanto el el dicho Hospital moraredes, y no más, ni allende... (QUIROGA, 2002, p. 255)

Assim, cada família teria também uma forma de produzir alguns alimentos além dos obtidos com o trabalho comum, de modo que pudessem melhorar sua alimentação sem peso para a comunidade. É significativo que essas hortas servissem também para a recreação – já tratamos do papel educativo da agricultura⁹ – pois isso faria com que as pessoas se acostumassem ao contato com os cultivos, rompendo com a ideia de que o trabalho agrícola seria um peso ou castigo. O mais relevante, porém, é que a nenhuma família era garantida a propriedade das hortas, apenas usufruto. Isso garantia que ninguém explorasse o trabalho de outrem ao mesmo tempo em que impedia o comércio da terra, a especulação, etc.

Quiroga tinha claro que o sucesso de seu projeto dependia da inexistência da propriedade privada da terra, como se nota no trecho a seguir:

los cuales huertos, y piezas de tierra dichos, se os han de quedar así como vuestros antecesores los dejaren granjeados y procurados solamente el usufructo de ellos como está dicho, y siempre, de manera, que cosa alguna, que se raíz, así del dicho Hospital, como de los dichos huertos, y familias, no pueda ser enajenable en el dicho Hospital, y Colegio de Santa Fe, para la conservación, mantención y concierto de él, y de su Hospitalidad, sin poderse enajenar, ni conmutar, trocar, no cambiar en otra cosa alguna, y sin salir de él en tiempo alguno, ni por manera otra alguna que sea, o ser pueda, por quanto ésta es la voluntad de su Fundador; y porque, **si de otra manera fuese, se perdería esta buena obra...** (QUIROGA, 2002, p. 256, grifo meu)

Fica claro aqui que a organização espacial não era pensada a partir de indivíduos ou pequenos grupos, mas do povoado como um todo. A base do projeto utópico está aqui, aliando a descrição de More na *Utopia* com a forma como os índios usavam a terra. Com a implementação dessa regra se criaria um território a partir daquele espaço determinado (RAFFESTIN, 1993) que seria bastante diferente da territorialização que vinha sendo posta em prática na colonização espanhola, sobretudo com o sistema de *encomiendas*.

É preciso destacar algo que geralmente fica obscurecido, ainda que possa parecer óbvio: a ideia de propriedade privada não é universal, mas foi em geral imposta pelos europeus em seus processos coloniais de

9. Adiante nas *Ordenanzas* Quiroga trata das crianças, dizendo que o ofício da agricultura poderia ser aprendido por elas através de brincadeiras e com regozijo. Seria possível estudar a concepção pedagógica de Quiroga a partir desse mesmo texto, mas isso vai além do escopo deste artigo.

dominação. Tratar a propriedade privada como universal ou mesmo como meta de desenvolvimento é assumir um posicionamento eurocêntrico e aceitar acriticamente o capitalismo como fato dado e imutável, aprofundando a inda mais o encobrimento de muitas outras formas de se relacionar com a terra (DUSSEL, 1994).

Tampouco devemos pensar que More – ou algum outro europeu – pensou a inexistência da propriedade privada apenas a partir da própria Europa. É possível perceber, por exemplo, o impacto da América na concepção da *Utopia*¹⁰ e a influência que promoveu em toda a Europa. Enrique Dussel já mostrou o processo de encobrimento dos saberes de vários povos, mesmo quando eram incorporados aos modos de conhecer europeus. Não podemos persistir nessa mesma visão eurocêntrica.

A coletividade é enfatizada em outras ordenanças, por exemplo, na que se refere à manutenção dos edifícios:

Item que quando hubiere necesidad de hacer, o reparar alguna familia o la iglesia, o edificio otro, o hacerle de nuevo, todos juntos lo hagáis, y os ayudéis con gran voluntad, y animándoos los unos a los otros, y no al contrario, escondiéndoos, mostrando recibir pena, ni trabajo en ello. (QUIROGA, 2002, p. 160)

Aqui estão os mutirões, tão comuns nos lugares pobres do Brasil! Novamente fica claro a sobreposição do coletivo em detrimento do individual, de modo que o espaço, os prédios, as casas, tudo ficasse organizado e bem cuidado para o bem comum. E assim os próprios indivíduos se beneficiariam. Temos aqui a construção de um espaço público, que pode ser um lugar de todos. Isso é reforçado pela recomendação posterior de se reunirem regularmente para conversarem e decidirem o que deveria ser feito “en lo tocante al Hospital, estancias, y términos, y obras comunes de él, conforme estas Ordenanzas” (QUIROGA, 2002, p. 268).

Podemos aqui recordar o que diz Ana Fani Alessandri Carlos (2007, p. 17):

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no

10. O n° 3 da *Revista Morus* que contém um dossiê sobre o impacto da descoberta do Novo Mundo na cultura europeia.

acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Assim, Quiroga parecia desejar que nos *Hospitales* se constituísse uma identidade coletiva e solidária através dessa relação tríade mencionada acima. Os habitantes, cuidando do lugar, tornando-o agradável, criariam uma relação de afeto, ao mesmo tempo em que se sentiriam mais seguros pela garantia de socorro coletivo em caso de necessidade. E, dessa forma, essa solidariedade voluntariosa passaria a fazer parte dos habitantes, gerando um ciclo de boas relações e boas condutas.

Isso nos leva também à importância que a moral individual tinha nesse projeto. Diversas vezes se menciona que o trabalho deve ser feito com grande vontade, e não com queixa ou desânimo. Os chefes inclusive deveriam dar o exemplo, numa evocação clara ao modelo de liderança proposto no Novo Testamento. Há uma ordenança contra a preguiça no trabalho do campo que afirma o seguinte:

y, aunque estos tales Padres de familia han de ser exentos del trabajo corporal, pero será cosa de mucho ejemplo para animar los súbditos, no se querer excusar, y poner algunas veces las manos en la obra, mayormente a los principios, porque los demás hayan vergüenza, y hayan lo mismo, y no tengan pereza, ni excusa para dejar de hacer lo que deban. (QUIROGA, 2002, p. 260)

Mais adiante temos uma ordenança sobre as roupas, que seriam todas iguais, impedindo a ostentação e a inveja. Esse cuidado com a moral individual também está inserido na lógica do bem comum. A crítica da preguiça não se vincula à ética capitalista da produtividade, mas ao objetivo de satisfazer as necessidades de todos sem sobrecarregar ninguém. Isso nos ajuda a perceber que o elogio do trabalho não é necessariamente um impulso ao capitalismo: aqui, como em outros momentos é uma crítica à exploração, principalmente à aristocracia que se recusava a trabalhar e parasitava as classes subalternas – no caso da América, os índios. Os habitantes dos *hospitales* deveriam estar sempre ativos não para obterem lucros, mas para não se deixarem contaminar pelos vícios decorrentes da ociosidade, ou seja, é uma preocupação moral e não meramente econômica. A ética da recusa ao trabalho produtivo por parte da aristocracia levou a Espanha a uma grande crise, já perceptível no fim do século XVI (VIEIRA, 1998), antes mesmo da redação de *Dom Quixote*, que também contém críticas mordazes a esse pensamento, inspiradas no pensamento utópico.

A agricultura e o contato com o mundo rural era tão importante para Quiroga que ele ordenou a todas as famílias passarem pelo menos dois anos em estâncias no campo para aprenderem aquele trabalho. Os que quisessem poderiam permanecer mais tempo, com a devida licença do reitor. Haveria também pessoas encarregadas de observar a situação dessas instâncias e informar ao reitor o que deveria ser reformado nelas.

Quiroga chega ao ponto de dizer o que deveria ser plantado e criado nas estâncias:

Item que en estas familias del campo los moradores de ellas críen muchas aves de todo género, así de Castilla, como de la tierra, y Pavos, y de otros géneros provechosos, y vistosos, y ganados, como son Ovejas, Carneros, Cabras, Vacas, Puercos, y animales serviles, según de la calidad de la tierra, y Bueyes, que sufren más trabajos, y son menos costosos, y más provechosos, porque, después de habernos servido de ellos os podéis aprovechar del cuero, y de la carne, y cebo, y para del esquilmo y granjería de todo ello se provera el Hospital, cuando sea menester, de lo necesario.

(...)

Item que demás de esto en cada estancia tengáis una gran huerta, para que plantéis y sembréis en ella los que allí estuviéredes, como es dicho, todo lo que se provechoso, y necesario al Hospital, y así de todo género de árboles fructíferos de Castilla, y de la tierra, como de todo género de hortaliza buena, y de todas las semillas saludables, y provechosas, lino, cáñamo, trigo, maíz, y cebada, u orozuz, cuya raíz es pectoral...(QUIROGA, 2002, p. 262)

Apesar de mencionar os animais da terra, ou seja, os nativos da América, os únicos nomeados são os europeus, acontecendo da mesma forma com os vegetais, exceto o milho. Mesmo havendo uma racionalização do trabalho, à maneira das utopias, vemos aqui um problema no projeto de Quiroga. Conforme afirma Arturo Escobar (2005, p. 63) “qualquer saída alternativa deve levar em consideração os modelos da natureza baseados no lugar, assim como as práticas e racionalidades culturais, ecológicas e econômicas que as acompanham”.

Por que não procurar soluções locais, animais e plantas que servissem aos propósitos, sem que fosse necessário inserir espécies exógenas? Possivelmente porque o bispo simplesmente não possuía conhecimentos suficientes para isso. Não se pode dizer que Quiroga desprezava os índios e os seus conhecimentos – ocorre justamente o contrário – contudo, ao não considerar esses saberes ele acaba por se inserir na lógica de colonização

epistemológica. No limite, os índios poderiam perder sua qualidade de sujeitos históricos, o que não parecia ser o objetivo. Nessa relação com a natureza fica claro que se trata sim de um projeto colonial, a despeito de todo seu humanismo e elogio das boas qualidades dos índios.

A racionalidade renascentista aparece também na regra de produzirem além do necessário para prevenirem anos de baixa produtividade, bem como para ajudar os pobres; na enfermaria, que deveria ficar distante do centro do povoado, com uma ala exclusiva para doenças contagiosas; na recomendação de expulsar os que fossem danosos ao povoado por não seguirem as ordenanças, sendo portanto um mau exemplo para os outros e um peso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA CRÍTICA DO PRESENTE, POIS A HISTÓRIA NÃO ACABA AQUI

“A utopia nunca foi panacéia. Tampouco é capaz de funcionar como lenitivo para as dores do mundo”, afirma Álvaro Kassab (2005) na introdução à entrevista feita com Carlos Eduardo O. Berriel. Não devemos procurar as utopias como uma saída para os nossos problemas, como se fossem um remédio infalível, uma poção mágica. As utopias são antes uma crítica visceral da sociedade em que se vive. Assim, mesmo os projetos utópicos concretos de Quiroga, que tinham como massa principal os índios, eram uma resposta ao modelo de colonização espanhol.

Nesse sentido o diálogo se dá sobretudo entre os europeus colonizadores. É verdade que Quiroga tinha um posicionamento bastante diferente da maioria de seus contemporâneos, respeitando os índios e considerando-os inclusive moralmente superiores aos europeus. Entretanto, ao mesmo tempo em que lutou contra a lógica colonial que se consolidava, não conseguiu romper com a colonialidade, como é notável nas ordenanças sobre o que deveria ser plantado e criado. Nela se mostra o limite do diálogo de Quiroga.

Conforme afirma Anibal Quijano (2005, p. 118):

Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. Quer dizer, a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas,

ao mesmo tempo, somos tão profundamente. distintos. Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida.

Sim, criamos bois, porcos e ovelhas, cultivamos trigo e cevada, mas onde estão os perus, o amendoim, o tomate, a batata, e tantos outros tão comuns? Identificamos os animais e as plantas indicados por Quiroga, mas as ausências são notáveis. É certo que as hortas dos *Hospitales* deveriam ter diversas plantas nativas, e os animais americanos, criados ou caçados, continuaram a fazer parte da vida dos índios cristãos daqueles lugares, constituindo as hibridações tão presentes em nossas culturas e identidades. Todavia o silêncio continua sendo bastante relevante.

Não se trata de condenar ou absolver Vasco de Quiroga. A questão central é mostrar que a forma como se deu a colonização não foi monolítica, que houve debates, projetos diferentes, tentativas de se estabelecer diálogos respeitosos. O bispo espanhol participou do esforço de criticar a sua sociedade, e fez isso lidando com pessoas e lugares concretos, não apenas no plano abstrato.

Mesmo com os problemas que apontamos, o projeto de Quiroga tem o mérito de abrir os nossos olhos para a existência de formas diferentes de organização social e espacial já no início da colonização. Fica claro que o individualismo pós-moderno não é o único caminho a ser seguido. Ao tentar promover suas ordenanças tomando por base o bem comum ele mostra uma outra forma de conceber a sociedade. A felicidade individual não precisa ser buscada acima do bem comum para ser alcançada, diferente do senso comum contemporâneo.

Dessa forma, quando vemos as propagandas nas ruas e na televisão, prometendo felicidade, ou com os condomínios fechados, que querem isolar seus moradores do resto do mundo hostil, podemos perceber que isso não é tudo. O espaço não precisa ser individualizado, não precisamos aceitar esse modelo como o único viável nem viver sem lugar no mundo. A história não acabou, o capital não é nosso senhor. O interesse individual não é ontologicamente superior às necessidades coletivas. São essas algumas lições que podemos aprender com as utopias. Antes de ensinamentos disciplinares, compartimentados, são valores éticos e morais voltados para a vida como um todo e que questionam nosso senso comum. Nesse mundo, em que todos esses elementos individualizantes estão tão presentes, somos livres para

pensar em outras sociedades, para criar novas formas de viver, novos lugares, ainda que isso não seja plenamente possível aqui e agora. E para isso temos junto conosco uma longa tradição de pensamento e ação, da qual Vasco de Quiroga é apenas um representante.

A UTOPIA COLONIAL: LAS NORMAS Y REGLAMENTOS DE VASCO QUIROGA

Resúmen: En este trabajo se presenta el modelo alternativo de colonización de América propuesto por Vasco de Quiroga en el siglo XVI. Para ello se analiza una pequeña obra escrita por él, las *Reglas y Ordenanzas para el Gobierno de los Hospitales de Santa Fe de Mexico y Michoacán*. Esta obra está vinculada directamente a la *Utopía* de Tomás Moro, y se inscribe en el debate sobre el formato de la colonización, proponiendo una organización que dedicada al bien común antes de los intereses individuales. De esto se puede volver al presente y pensar en formas alternativas de concebir y organizar el espacio que no sean marcadas por el individualismo y por la idea de que no hay otras posibilidades.

Palabras clave: Vasco de Quiroga; Utopía; Colonialización.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BERRIEL, Carlos Eduardo O.; RIBEIRO, Ana Cláudia Romano; MORAES JÚNIOR, Hélvio Gomes (Org.). Revista *Morus – Utopia e Renascimento*. (Dossiê: O impacto da descoberta do Novo Mundo na cultura europeia). Campinas, n. 3, 2006.
- BERRIEL, Carlos Eduardo O. *Ainda há espaço para a utopia? Utopia, ou o melhor dos mundos num mundo distópico*. Entrevista concedida a Álvaro Kassab. *Jornal da Unicamp*, Campinas, 28 nov. 2005.
- BLANCO AGUINAGA, Carlos; ZAVALA, Iris M.; RODRIGUEZ PUERTOLAS, Julio. *Historia social de la literatura española (en lengua castellana)*. 2. ed. Madri: Castalia, 1987.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Labor Edições, 2007.
- CRO, Stelio. *La utopía cristiana-social en el Nuevo Mundo*. *Anales de Literatura Hispano-americana*, Online, v. 7, p. 87-129, 1978. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/ALHI/article/view/ALHI7878110087A>. Acesso em: 14 jul. 2010.
- DUSSEL, Enrique. *1492: El encubrimiento del outro. Hacia el origen del mito de la modernidad*. La Paz: Plural editores, 1994.
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2005, p. 63-79.

FISCHER, Gustave-N. O significado dos lugares. In: _____. *Psicologia Social do Ambiente*. Tradução Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. pp. 195-201.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. Tradução José Barata-Moura. Lisboa: Editorial Avante, 1982. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/index.htm>. Acesso em: 10 out. 2012.

MORE, Thomas; LOGAN, George M; ADAMS, Robert M. *Utopia*. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2005, p. 107-130.

QUIROGA, Vasco de. *La utopía en América*. Edición de Paz Serrano Gassent. Madrid: Dastin, 2002.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Atica, 1993.

VIEIRA, Maria Augusta da Costa. *O dito pelo não-dito: paradoxos de Dom Quixote*. São Paulo: Edusp, 1998.

WITEZE JR, Geraldo. O velho barbudo e suas palavras esquecidas: Marx, marxismo e utopia. *Revista Morus – Utopia e Renascimento*. Campinas, n. 7, p. 197-242, 2010.

ZAVALA, Silvio. *Ideário de Vasco de Quiroga*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos: El Colegio Nacional, 1995.

_____. *Recuerdo de Vasco de Quiroga*. México: Editorial Porrúa, 1981.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: Colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klems. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 439-462.

SOBRE O AUTOR

GERALDO WITEZE JUNIOR. Mestre em Teoria e História Literária pela Universidade de Campinas (Unicamp), doutorando do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Goiás e Professor dos departamentos de História e Letras da UEG – Jussara.

Recebido para avaliação em 12 de novembro de 2012

Aceito para publicação em 22 e Dezembro de 2012